

## **Aula 08**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

19 de Junho de 2025

# Índice

1) Simulado - Atos Administrativos - ME .....	3
2) Simulado - Improbidade Administrativa - ME .....	13
3) Simulado - Responsabilidade Civil do Estado - ME .....	25



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	10

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Atos Administrativos**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

### 1) A respeito dos atos administrativos vinculados e discricionários, é correto afirmar que

- a) Tanto os atos administrativos vinculados quanto os discricionários devem obedecer à legislação a eles aplicável, sendo passíveis de controle pelo Poder Judiciário, controle esse que possui extensão e profundidade distinta.
- b) Tanto os atos administrativos vinculados quanto os discricionários devem obedecer à legislação a eles aplicável, sendo passíveis de controle pelo Poder Judiciário, controle esse que possui extensão e profundidade idêntica.
- c) Para praticá-los, o administrador pode deixar de observar a forma prevista em lei, desde que para privilegiar a eficiência do ato.
- d) Os atos vinculados exigem motivação, ao contrário dos atos discricionários.
- e) Apenas os atos administrativos vinculados estão sujeitos ao controle judicial.

### 2) Quanto à competência para a prática dos atos administrativos, assinale a assertiva correta.



- a) A competência é derogável pela vontade da Administração.
- b) A definição da competência decorre de critérios em razão da matéria, da hierarquia e do lugar, dentre outros.
- c) O vício de incompetência não pode ser convalidado.
- d) Com o ato de delegação, a competência para a prática do ato administrativo deixa de pertencer à autoridade delegante em favor da autoridade delegada.
- e) Admite-se, excepcionalmente, a avocação e a delegação de competência administrativa pela autoridade superior incompetente, nos limites definidos em lei.

### **3) É incorreto afirmar, quanto aos atos administrativos e seus atributos:**

- a) O silêncio da Administração não revela a prática de ato administrativo, ocorrendo, com efeito, um fato jurídico administrativo.
- b) A autoexecutoriedade é a possibilidade de o ato ser posto em execução pela própria Administração Pública.
- c) A imperatividade é a capacidade do ato de se impor a terceiros, independentemente de sua concordância.
- d) Doação, permuta, compra e venda e locação são exemplos típicos de atos de direito privado.
- e) Os atos administrativos, uma vez expedidos, independentemente de expressa previsão legal, apresentarão sempre os atributos de presunção de legitimidade, veracidade e autoexecutoriedade.

### **4) Em se tratando da classificação e extinção dos atos administrativos, é incorreto afirmar:**

- a) Os atos individuais são os que preordenam a regular situações específicas, relativas a destinatários certos, produzindo efeitos jurídicos no caso concreto, como acontece nos decretos expropriatórios.
- b) A invalidação pela própria Administração independe de provocação do interessado.
- c) Os atos enunciativos representam uma manifestação de vontade da Administração e, por isso, são considerados atos administrativos em sentido material.
- d) Os atos compostos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas, visto que há somente uma vontade autônoma, de conteúdo próprio, e as demais instrumentais, como acontece no visto.
- e) Na caducidade há perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato.



**5) Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.**

- a) A revogação é forma de extinção do ato administrativo discricionário que apresenta vícios de legalidade.
- b) Todos os atos administrativos discricionários que se tornarem inoportunos ou inconvenientes podem ser revogados.
- c) O ato administrativo praticado por agente público incompetente pode ser convalidado por aquele que possui a competência legal, desde que esta não seja exclusiva.
- d) Caso não seja constatada má-fé, é de 10 anos o prazo decadencial para a Administração Pública anular atos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- e) Como regra geral, os atos administrativos eivados de algum vício facultativamente podem ser anulados.



## GABARITO

1. A	2. B	3. E	4. C	5. C
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1) A respeito dos atos administrativos vinculados e discricionários, é correto afirmar que

- a) Tanto os atos administrativos vinculados quanto os discricionários devem obedecer à legislação a eles aplicável, sendo passíveis de controle pelo Poder Judiciário, controle esse que possui extensão e profundidade distinta.
- b) Tanto os atos administrativos vinculados quanto os discricionários devem obedecer à legislação a eles aplicável, sendo passíveis de controle pelo Poder Judiciário, controle esse que possui extensão e profundidade idêntica.
- c) Para praticá-los, o administrador pode deixar de observar a forma prevista em lei, desde que para privilegiar a eficiência do ato.
- d) Os atos vinculados exigem motivação, ao contrário dos atos discricionários.
- e) Apenas os atos administrativos vinculados estão sujeitos ao controle judicial.

#### Comentários:

Letra A - correta. Os atos administrativos devem seguir os ditames legais, sejam eles vinculados ou discricionários, estando ambos sujeitos ao controle judicial. Vale ressaltar que o ato discricionário caracteriza-se pela existência da margem de liberdade de decisão, visto que o legislador confere ao administrador a possibilidade de escolha, dentro dos limites legais.

Letra B - incorreta. O controle judicial dos atos administrativos discricionários possui extensão e profundidade diferentes daquelas existentes nos atos vinculados, uma vez que o Poder Judiciário não pode adentrar no mérito dos atos administrativos discricionários.

Letra C - incorreta. Os atos administrativos vinculados e os discricionários devem observar a forma prevista em lei, ainda que o administrador entenda que a prática de um modo diverso seja mais eficiente. Cuidado, contudo, porque, ainda que erroneamente praticado de forma diversa, o ato pode ser posteriormente convalidado caso tenha atingido sua finalidade, uma vez que o vício de forma é sanável.



Letra D - incorreta. Tanto atos vinculados quanto discricionários, em regra, devem ser motivados. Há poucas exceções em nosso ordenamento, mas pode-se citar como exemplo que dispensa a motivação o provimento e exoneração de cargos em comissão.

Letra E - incorreta. Os atos administrativos discricionários também estão sujeitos ao controle judicial, porém é vedada a análise do mérito pelo Poder Judiciário.

**Gabarito: letra A**

## 2) Quanto à competência para a prática dos atos administrativos, assinale a assertiva correta.

- a) A competência é derogável pela vontade da Administração.
- b) A definição da competência decorre de critérios em razão da matéria, da hierarquia e do lugar, dentre outros.
- c) O vício de incompetência não pode ser convalidado.
- d) Com o ato de delegação, a competência para a prática do ato administrativo deixa de pertencer à autoridade delegante em favor da autoridade delegada.
- e) Admite-se, excepcionalmente, a avocação e a delegação de competência administrativa pela autoridade superior incompetente, nos limites definidos em lei.

### Comentários:

Letra A - incorreta. A competência é inderrogável, seja pela vontade da Administração, seja por acordo com terceiros, visto que é conferida em benefício do interesse público. Isso, contudo, não se confunde com a possibilidade de delegação, nos casos em que a competência não seja exclusiva.

Letra B - correta. Dentre os principais critérios utilizados para distribuição de competências, temos: matéria, hierarquia, lugar, tempo e fracionamento.

Letra C - incorreta. O vício de incompetência em razão da matéria é um vício insanável, ou seja, não é passível de convalidação. Da mesma forma, o vício também é insanável no caso de competência exclusiva. Nos demais casos, o vício de incompetência é sanável e, por isso, admite convalidação.

Letra D - incorreta. A competência não deixa de ser do delegante. O que se transfere é o seu exercício, não sua titularidade.

Letra E - incorreta. A avocação e a delegação de competência administrativa somente podem ser realizadas pela autoridade superior competente.

**Gabarito: letra B**



### 3) É incorreto afirmar, quanto aos atos administrativos e seus atributos:

- a) O silêncio da Administração não revela a prática de ato administrativo, ocorrendo, com efeito, um fato jurídico administrativo.
- b) A autoexecutoriedade é a possibilidade de o ato ser posto em execução pela própria Administração Pública.
- c) A imperatividade é a capacidade do ato de se impor a terceiros, independentemente de sua concordância.
- d) Doação, permuta, compra e venda e locação são exemplos típicos de atos de direito privado.
- e) Os atos administrativos, uma vez expedidos, independentemente de expressa previsão legal, apresentarão sempre os atributos de presunção de legitimidade, veracidade e autoexecutoriedade.

#### Comentários:

Letra A - correta. No silêncio da Administração, inexistente manifestação formal de vontade, não havendo assim, qualquer declaração do agente sobre sua conduta, ocorrendo, portanto, um fato jurídico administrativo (e não a prática de ato administrativo).

Letra B, C e D - correta. As três assertivas são autoexplicativas. Cabe destacar que os atributos imperatividade e autoexecutoriedade estão presentes somente em alguns atos administrativos, ao contrário dos atributos presunção de legitimidade e tipicidade, que estão presentes em todos os atos administrativos.

Letra E - incorreta. Apenas a presunção de legitimidade e, conseqüentemente, a presunção de veracidade, e a tipicidade estão presentes em todos os atos administrativos. A autoexecutoriedade, por outro lado, não está presente em todos os atos, a exemplo daquele que aplique sanção pecuniária (multa), devendo ela, caso não ocorra o pagamento voluntário, ser cobrada pelas vias próprias (judiciais).

#### Gabarito: letra E

### 4) Em se tratando da classificação e extinção dos atos administrativos, é incorreto afirmar:

- a) Os atos individuais são os que preordenam a regular situações específicas, relativas a destinatários certos, produzindo efeitos jurídicos no caso concreto, como acontece nos decretos expropriatórios.
- b) A invalidação pela própria Administração independe de provocação do interessado.
- c) Os atos enunciativos representam uma manifestação de vontade da Administração e, por isso, são considerados atos administrativos em sentido material.
- d) Os atos compostos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas, visto que há somente uma vontade autônoma, de conteúdo próprio, e as demais instrumentais, como acontece no visto.
- e) Na caducidade há perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato.





### Comentários:

Letra A - correta. O decreto expropriatório é um ato individual, de efeito concreto, relativo a destinatário certo.

Letra B - correta. A Administração está vinculada ao princípio da legalidade, tendo o poder-dever de zelar pela sua observância. Logo, a invalidação de um ato administrativo pela própria Administração não depende da provocação do interessado.

Letra C - incorreta. Os atos enunciativos podem ser tanto aqueles que atestam ou certificam uma situação preexistente (ex.: certidões e atestados), como também os atos de opinião que preparam outros de caráter decisório, a exemplo dos pareceres. A doutrina ressalta que os atos enunciativos são atos administrativos apenas em sentido formal, eis que não representam propriamente uma manifestação de vontade da Administração, mas apenas trazem uma informação ou opinião.

Letra D - correta. No ato composto há apenas uma vontade autônoma, sendo as demais instrumentais. Nos atos complexos, há várias vontades autônomas se conjugando para a formação de um único ato.

Letra E - correta. Na caducidade, há perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato. Já na cassação, os efeitos do ato são suspensos em razão do descumprimento de alguma condição por parte do administrado para que o ato pudesse ser mantido.

### Gabarito: letra C

#### 5) Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A revogação é forma de extinção do ato administrativo discricionário que apresenta vícios de legalidade.
- b) Todos os atos administrativos discricionários que se tornarem inoportunos ou inconvenientes podem ser revogados.
- c) O ato administrativo praticado por agente público incompetente pode ser convalidado por aquele que possui a competência legal, desde que esta não seja exclusiva.
- d) Caso não seja constatada má-fé, é de 10 anos o prazo decadencial para a Administração Pública anular atos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- e) Como regra geral, os atos administrativos eivados de algum vício facultativamente podem ser anulados.

### Comentários:

Letra A - incorreta. A revogação é o instituto pelo qual se extingue o ato administrativo discricionário que se tornou inoportuno ou inconveniente. Se houver vício de legalidade, o instituto aplicável para a extinção do ato é a anulação.



Letra B - incorreta. Ha certos atos que, mesmo sendo discricionarios, nao podem ser revogados, como os atos que geram direitos adquiridos (CF, art. 5º, XXXVI) ou os atos consumados (aqueles cujos efeitos já foram exauridos).

*Art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;*

Letra C - correta. Se o vício é unicamente de competência e esta não é exclusiva, o ato pode ser convalidado.

Letra D - incorreta. Esse prazo é de 5 anos, não de 10 anos, conforme previsto no art. 54, *caput*, da Lei 9.784/99.

*Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.*

Letra E - incorreta. Os atos administrativos “devem”, e não simplesmente “podem” ser anulados pela Administração Pública, conforme o art. 53, da Lei 9.784/99.

*Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

**Gabarito: letra C**

...

Forte abraço!

**Túlio Lages**



**You Tube**

[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)



[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

▪



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	12

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Improbidade Administrativa**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**Observação importante: os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.**

**1) De acordo com seus conhecimentos sobre improbidade administrativa (noções gerais e previsão constitucional), analise as afirmativas de João, Kleber e Vinícius, e assinale a alternativa correta.**

João: A Constituição da República trata a improbidade administrativa como uma forma de violação à moralidade administrativa, mas não como objeto acarretador de suspensão dos direitos políticos.

Kleber: Conforme a Constituição da República, os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outras coisas, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Vinícius: Os atos de improbidade administrativa poderão acarretar a suspensão dos direitos políticos.

- a) Apenas João está correto
- b) Apenas Kleber está correto
- c) João e Kleber estão corretos



- d) Kieber e Vinicius estao corretos
- e) Apenas Vinicius está correto

**2) Analise as alternativas a seguir e assinale aquela que está em desacordo com a Lei nº 8.429 de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa):**

- a) O mero exercício da função, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador devem ser aplicados ao sistema da improbidade disciplinado na Lei de Improbidade Administrativa.
- c) Estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra entidade para cuja criação o erário haja concorrido com valor superior a, pelo menos, setenta por cento do patrimônio.
- d) Estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.
- e) As disposições da Lei 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza dolosamente para a prática do ato de improbidade.

**3) Quanto à disciplina da Lei de Improbidade Administrativa - Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, é incorreto afirmar que:**

- a) A Lei de Improbidade Administrativa apresenta rol exemplificativo de condutas que resultam em atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.
- b) Pratica ato de improbidade administrativa o agente público que aufera vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de seu cargo público, ainda que a conduta que gere o enriquecimento ilícito não esteja tipificada nos incisos I a XII do art. 9º da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano e, no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.
- d) É possível que um agente público pratique conduta caracterizada como ato de improbidade administrativa e seja punido também com detenção.
- e) Não constitui crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.



**4) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que não constitui um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.**

- a) Marcos utilizou, em obra particular, uma retroescavadeira de propriedade da prefeitura municipal de sua cidade.
- b) Amanda recebeu uma cesta básica do supermercado Mila EPP após fazer declaração falsa sobre a quantidade e qualidade das marmitas entregues pelo supermercado à escola municipal de Londrina-PR.
- c) José realizou, na prefeitura onde trabalha, operação financeira sem observar as normas legais e regulamentares vigentes.
- d) Cássia, atual diretora da autarquia de saneamento da cidade, adquiriu durante o exercício do cargo, bens cujo valor seja desproporcional à renda do cargo que ocupa, sem demonstrar a licitude da origem de sua evolução patrimonial.
- e) Fernando, engenheiro civil da prefeitura de Maringá, aceitou exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que participará de processo licitatório de construção de um viaduto da cidade.

**5) Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que apresente apenas afirmativas que estão de acordo com os procedimentos administrativos e ações judiciais abarcados pela Lei 8.429/1992.**

**I- Para a instauração de investigação para apurar a prática de atos de improbidade administrativa, qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa.**

**II- A representação para a apuração administrativa de improbidade deverá ser escrita e conterá no mínimo: a qualificação do representante, as informações sobre o fato e a indicação das provas de que tenha conhecimento.**

**III- Mesmo quando houver a rejeição de representação para a apuração administrativa de improbidade por não suprir as formalidades mínimas pré-estabelecidas, poderá o Ministério Público instaurar inquérito civil quando o caso tratar de apuração de ilícitos previstos na Lei 8.429/1992.**

**IV- A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.**

- a) Apenas uma alternativa está correta
- b) Apenas duas alternativas estão corretas
- c) Apenas três alternativas estão corretas
- d) Todas as alternativas estão corretas
- e) Nenhuma alternativa está correta.



## GABARITO

1. D	2. C	3. E	4. C	5. B
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

**1) De acordo com seus conhecimentos sobre improbidade administrativa (noções gerais e previsão constitucional), analise as afirmativas de João, Kleber e Vinícius, e assinale a alternativa correta.**

João: A Constituição da República trata a improbidade administrativa como uma forma de violação à moralidade administrativa, mas não como objeto acarretador de suspensão dos direitos políticos.

Kleber: Conforme a Constituição da República, os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outras coisas, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Vinícius: Os atos de improbidade administrativa poderão acarretar a suspensão dos direitos políticos.

- a) Apenas João está correto
- b) Apenas Kleber está correto
- c) João e Kleber estão corretos
- d) Kleber e Vinícius estão corretos
- e) Apenas Vinícius está correto

### Comentários:

João está incorreto. De fato, a Constituição Federal convencionou grande relevância à moralidade administrativa, sendo a improbidade administrativa uma das formas de violação à moralidade administrativa. No entanto, diferentemente do que afirma João, a suspensão dos direitos políticos está prevista como possível consequência da improbidade administrativa, conforme art.15, inciso V, da CF/88, transcrito a seguir:

*Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:*

*V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.*

*(...)*





*Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Kleber está correto, pois o item está de acordo com o art. 37, § 4º, da CF/88:

*Art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Vinícius está correto, conforme o art. 15, inciso V, da CF/88, da mesma forma que a explicação dada para João.

*Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: (...)*

*V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.*

#### **Gabarito: Letra D**

#### **2) Analise as alternativas a seguir e assinale aquela que está em desacordo com a Lei nº 8.429 de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa):**

- a) O mero exercício da função, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador devem ser aplicados ao sistema da improbidade disciplinado na Lei de Improbidade Administrativa.
- c) Estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra entidade para cuja criação o erário haja concorrido com valor superior a, pelo menos, setenta por cento do patrimônio.
- d) Estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.
- e) As disposições da Lei 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza dolosamente para a prática do ato de improbidade.

#### **Comentários:**

Letra A – Correta. A assertiva está de acordo com o art. 1º, § 3º, da Lei 8.429/92:

*Art. 1º, § 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.*



Letra B – Correta. A assertiva esta de acordo com o art. 1º, § 4º, da Lei 8.429/92:

*Art. 1º, § 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.*

Letra C – Incorreta. Vejamos o art. 1º, § 7º, da Lei 8.429/92:

*Art. 1º, § 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.*

A assertiva afirma que estão sujeitos às penalidades da lei 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra entidade para cuja criação o erário haja concorrido com, pelo menos, mais de setenta por cento do patrimônio.

Entretanto, nos termos do § 7º do art. 1º da Lei 8.429/92, basta que a administração pública tenha concorrido na criação ou custeio do patrimônio ou receita atual, qualquer que seja o percentual, sendo que o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, fica limitado à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Letra D – Correta. A assertiva está de acordo com o § 6º do art. 1º da Lei 8.429/92:

*Art. 1º, § 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo.*

Letra E – Correta. A assertiva está de acordo com o § 7º do art. 1º da Lei 8.429/92:

*Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.*

**Gabarito: Letra C**

**3) Quanto à disciplina da Lei de Improbidade Administrativa - Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, é incorreto afirmar que:**

a) A Lei de Improbidade Administrativa apresenta rol exemplificativo de condutas que resultam em atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.

b) Pratica ato de improbidade administrativa o agente público que aufera vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de seu cargo público, ainda que a conduta que gere o enriquecimento ilícito não esteja tipificada nos incisos I a XII do art. 9º da Lei de Improbidade Administrativa.



c) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano e, no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.

d) É possível que um agente público pratique conduta caracterizada como ato de improbidade administrativa e seja punido também com detenção.

e) Não constitui crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

#### Comentários:

Letra A e B - corretas. Para a categoria de ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, a Lei 8.429/92 traz um rol de condutas meramente exemplificativo, de modo que, se o agente auferiu vantagem patrimonial indevida, direta ou indireta, em razão da condição de agente público, terá praticado ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, conforme *caput* do art. 9º da Lei 8.429/92 (note que o advérbio ao final demonstra que o rol seguinte não é taxativo).

*Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e **notadamente**: (...)*

Letra C - correta. A assertiva está de acordo com os arts. 9º e 12, *caput* e inciso I, da Lei 8.429/92:

*Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*

*Art. 12. **Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo**, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:*

*I - **na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio**, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos*

Letra D - correta. Embora a Lei 8.429/92 não traga sanções de natureza penal para os atos de improbidade administrativa nela previstos, é possível que uma mesma conduta seja naquela Lei enquadrada como ato de improbidade administrativa e também como crime em uma outra lei, de natureza penal.



*CF/88, art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Cuidado! No caso em questão, a detenção, uma sanção de natureza penal, seria oriunda de outra lei, não da Lei 8.429/92.

Letra E - incorreta. Assertiva em desconformidade com o previsto no art. 19 da Lei 8.429/92, transcrito abaixo.

*Art. 19. **Constitui crime** a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.*

*Pena: detenção de seis a dez meses e multa.*

*Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.*

**Gabarito: Letra E**

**4) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que não constitui um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.**

- a) Marcos utilizou, em obra particular, uma retroescavadeira de propriedade da prefeitura municipal de sua cidade.
- b) Amanda recebeu uma cesta básica do supermercado Mila EPP após fazer declaração falsa sobre a quantidade e qualidade das marmitas entregues pelo supermercado à escola municipal de Londrina-PR.
- c) José realizou, na prefeitura onde trabalha, operação financeira sem observar as normas legais e regulamentares vigentes.
- d) Cássia, atual diretora da autarquia de saneamento da cidade, adquiriu durante o exercício do cargo, bens cujo valor seja desproporcional à renda do cargo que ocupa, sem demonstrar a licitude da origem de sua evolução patrimonial.
- e) Fernando, engenheiro civil da prefeitura de Maringá, aceitou exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que participará de processo licitatório de construção de um viaduto da cidade.

**Comentários:**

Letra A - correta. Conforme o art. 9º, inciso IV, da Lei nº 8.429/92, Marcos praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

*Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do*



*exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...)*

*IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;*

Letra B - correta. Conforme o art. 9º, inciso VI, da Lei nº 8.429/92, Amanda praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

*Art. 9º, VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei;*

Letra C - incorreta. Conforme o art. 10, inciso VI, da Lei 8.429/92, José praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, e não enriquecimento ilícito.

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...)*

*VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;*

Letra D - correta. Conforme o art. 9º, inciso VII, da Lei nº 8.429/92, Cássia praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

*Art. 9º, VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução;*

Letra E - correta. Conforme o art. 9º, inciso VIII, da Lei nº 8.429/92, Fernando praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

*Art. 9º, VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;*

**Gabarito: Letra C**

**5) Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que apresente apenas afirmativas que estão de acordo com os procedimentos administrativos e ações judiciais abarcados pela Lei 8.429/1992.**



I- Para a instauração de investigação para apurar a prática de atos de improbidade administrativa, qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa.

II- A representação para a apuração administrativa de improbidade deverá ser escrita e conterá no mínimo: a qualificação do representante, as informações sobre o fato e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

III- Mesmo quando houver a rejeição de representação para a apuração administrativa de improbidade por não suprir as formalidades mínimas pré-estabelecidas, poderá o Ministério Público instaurar inquérito civil quando o caso tratar de apuração de ilícitos previstos na Lei 8.429/1992.

IV- A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

- a) Apenas uma alternativa está correta
- b) Apenas duas alternativas estão corretas
- c) Apenas três alternativas estão corretas
- d) Todas as alternativas estão corretas
- e) Nenhuma alternativa está correta.

#### Comentários:

Item I - correto. A assertiva está de acordo com o art. 14, *caput*, da Lei 8.429/1992:

*Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.*

Item II - incorreto. Conforme o art. 14, § 1º, da Lei 8.429/92, a representação para a instauração de investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa é feita de forma escrita OU REDUZIDA A TERMO, e conterá, além da qualificação do representante, das informações sobre o fato e da indicação das provas de que tenha conhecimento, INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORIA DOS FATOS.

*Art. 14, § 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.*

Item III - correto. A autoridade administrativa deverá rejeitar a representação que não possuir as formalidades previstas no art. 14, § 1º, da Lei 8.429/92. Entretanto, a rejeição da representação não impede a que esta seja feita pelo Ministério Público, que poderá instaurar inquérito civil para apurar o fato.

*Art. 14, § 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.*





*§ 2º A autoridade administrativa rejeitara a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei. (...)*

*Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta Lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14 desta Lei, poderá instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo assemelhado e requisitar a instauração de inquérito policial.*

*Parágrafo único. Na apuração dos ilícitos previstos nesta Lei, será garantido ao investigado a oportunidade de manifestação por escrito e de juntada de documentos que comprovem suas alegações e auxiliem na elucidação dos fatos.*

Item IV - incorreto. Conforme o art. 15, *caput*, da Lei 8.429/92, a comissão processante deverá informar o Ministério Público **E** o Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

*Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.*

*Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.*

**Gabarito: Letra B**

...

Forte abraço!

**Túlio Lages**



**Face:** [www.facebook.com/proftuliolages](http://www.facebook.com/proftuliolages)

**Insta:** [www.instagram.com/proftuliolages](http://www.instagram.com/proftuliolages)

**YouTube:** [youtube.com/proftuliolages](http://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.





## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	11

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Responsabilidade Civil do Estado**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) De acordo com os seus conhecimentos sobre a responsabilidade civil do Estado, é incorreto afirmar que:**

- a) Podemos dizer que a responsabilidade civil é a obrigação de reparar os danos lesivos a terceiros, seja de natureza patrimonial ou moral.
- b) A responsabilidade do Estado pode ser contratual ou extracontratual.
- c) Conforme a teoria da não responsabilização do Estado, ocorrida durante o período dos regimes absolutistas, apesar de haver a reparação dos danos que os agentes do Estado causavam, o Estado não era responsabilizado justificando-se que ações injustas eram necessárias para garantir a ordem no país.
- d) Na teoria da responsabilidade com culpa comum, a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva.
- e) Na teoria do risco integral, a responsabilidade estatal seria do tipo objetiva, não podendo ser afastada em qualquer hipótese.

**2) Com relação às teorias de responsabilização, é correto afirmar que:**



- a) Na teoria do risco administrativo, a responsabilidade estatal é do tipo objetiva, não havendo de se falar em excludentes de responsabilidade.
- b) A responsabilidade civil objetiva do Estado, conforme prevista na Constituição Federal, alcança todos os órgãos e entidades da Administração direta e indireta.
- c) Como regra, é possível a responsabilização civil estatal por atos legislativos.
- d) No caso de omissão do Estado, como regra, cabe ao pretendo lesado provar culpa do Poder Público.
- e) Na culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade do Estado é parcialmente afastada.

### 3) Sobre a responsabilização do Estado, é incorreto afirmar que:

- a) Quando ocorrer atividade legislativa dentro dos parâmetros normais, ainda que traga obrigações ou restrinja direitos, não há que se falar em dever do Estado em indenizar.
- b) A responsabilidade do Estado pode ser de natureza civil, penal ou administrativa.
- c) Pela teoria da culpa administrativa, a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva.
- d) A ação de reparação do dano deve ser movida pelo particular em desfavor da Administração, e não do agente público que causou o dano.
- e) Ao contrário das leis de efeitos abstratos, as leis de efeitos concretos aplicam-se a destinatários certos, atingindo diretamente a órbita individual de pessoas definidas, situação análoga aos atos administrativos.

### 4) É correto afirmar, em relação à responsabilidade civil do Estado:

- a) Pela teoria da dupla garantia, adotada no Brasil, a ação de reparação de dano deve ser movida pelo particular em desfavor da Administração, e não do agente público que causou o dano, que poderá figurar com litisconsórcio passivo.
- b) Conforme previsto na Lei nº 9.494/97, a ação de reparação contra a Administração se sujeita ao prazo de prescrição de 3 (três) anos.
- c) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica em sentido estrito também estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do art. 37, § 6º, da CF.
- d) Somente haverá o direito de regresso do Estado caso se comprove o dolo específico na conduta do agente público.
- e) A ação regressiva pode ser exercida contra os herdeiros do agente público causador do dano, até o limite do patrimônio transferido.



**5) De acordo com os seus conhecimentos sobre a responsabilidade do Estado, é correto afirmar que:**

- a) O Estado não será civilmente responsável pelos danos causados por seus agentes sempre que estes estiverem amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- b) Em razão do princípio da proteção da confiança, quando o dano for causado por funcionário público putativo, o Estado não responderá civilmente perante particulares de boa-fé.
- c) As empresas prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente no caso de dolo.
- d) A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos abrange os danos morais e materiais.
- e) É objetiva a responsabilidade do agente público em exercício que, por ato doloso, cause danos a terceiros.



## GABARITO

1. C	2. D	3. B	4. E	5. D
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

**1) De acordo com os seus conhecimentos sobre a responsabilidade civil do Estado, é incorreto afirmar que:**

- a) Podemos dizer que a responsabilidade civil é a obrigação de reparar os danos lesivos a terceiros, seja de natureza patrimonial ou moral.
- b) A responsabilidade do Estado pode ser contratual ou extracontratual.
- c) Conforme a teoria da não responsabilização do Estado, ocorrida durante o período dos regimes absolutistas, apesar de haver a reparação dos danos que os agentes do Estado causavam, o Estado não era responsabilizado justificando-se que ações injustas eram necessárias para garantir a ordem no país.
- d) Na teoria da responsabilidade com culpa comum, a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva.
- e) Na teoria do risco integral, a responsabilidade estatal seria do tipo objetiva, não podendo ser afastada em qualquer hipótese.

### Comentários:

Letra A - correta. Quando se fala em responsabilidade, quer-se dizer que alguém deverá responder por algo que fez ou deixou de fazer. A responsabilidade, no Direito, representa a possibilidade de alguém responder por algum dano que causou.

Letra B - correta. Quando falamos de responsabilidade civil do Estado assumida por contrato, estamos falando de vínculo contratual que o Estado possui com terceiros (ex: contrato administrativo decorrente de licitação). Já a responsabilidade civil do Estado assumida de forma extracontratual decorre de uma obrigação jurídica que o Estado possui de reparar danos morais e patrimoniais causados a terceiros por seus agentes, ou seja, não há um contrato firmado entre o causador do dano e o terceiro lesado.

Letra C - incorreta. Na teoria da não responsabilização do Estado (em períodos absolutistas), a autoridade do monarca era incontestável e, conseqüentemente, as ações do rei ou de seus auxiliares não eram passíveis de qualquer ônus (responsabilidade de reparar o dano causado). O ponto central desta teoria era de que o rei não cometia erros.

Letra D - correta. Na teoria da responsabilidade com culpa comum, a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva e só alcançaria atos de gestão (não abrange atos de império), quando constatada culpa do agente público.



Letra E - correta. Na teoria do risco integral, a responsabilidade estatal seria do tipo objetiva e ocorre quando há nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano, não podendo ser afastada em qualquer hipótese (não incidência de excludentes de responsabilidade).

**Gabarito: letra C**

## 2) Com relação às teorias de responsabilização, é correto afirmar que:

- a) Na teoria do risco administrativo, a responsabilidade estatal é do tipo objetiva, não havendo de se falar em excludentes de responsabilidade.
- b) A responsabilidade civil objetiva do Estado, conforme prevista na Constituição Federal, alcança todos os órgãos e entidades da Administração direta e indireta.
- c) Como regra, é possível a responsabilização civil estatal por atos legislativos.
- d) No caso de omissão do Estado, como regra, cabe ao pretense lesado provar culpa do Poder Público.
- e) Na culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade do Estado é parcialmente afastada.

### Comentários:

Letra A - incorreta. No risco administrativo, a responsabilidade do Estado pode ser afastada em determinadas situações, quando incidem excludentes de responsabilidade (culpa exclusiva ou concorrente da vítima, caso fortuito, força maior e fato exclusivo de terceiros).

Letra B - incorreta. As empresas estatais exploradoras de atividade econômica não estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do art. 37, § 6º, da CF/88 – sua responsabilidade é subjetiva, na modalidade culpa comum. Vejamos o teor do dispositivo mencionado:

*Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Letra C - incorreta. Como regra, é incabível a responsabilização civil do Estado por atos legislativos.

Letra D - correta. Já que, no caso de omissão do Estado, sua responsabilidade civil é subjetiva, na modalidade culpa administrativa, cabendo ao pretense lesado provar culpa do Poder Público (não precisa ser de um agente público específico), em decorrência do serviço público que não funcione quando deveria funcionar, funcione atrasado ou funcione mal.

Letra E - incorreta. Na culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade do Estado é integralmente afastada e, na culpa concorrente da vítima, parcialmente afastada.

**Gabarito: letra D**



### 3) Sobre a responsabilização do Estado, é incorreto afirmar que:

- a) Quando ocorrer atividade legislativa dentro dos parâmetros normais, ainda que traga obrigações ou restrinja direitos, não há que se falar em dever do Estado em indenizar.
- b) A responsabilidade do Estado pode ser de natureza civil, penal ou administrativa.
- c) Pela teoria da culpa administrativa, a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva.
- d) A ação de reparação do dano deve ser movida pelo particular em desfavor da Administração, e não do agente público que causou o dano.
- e) Ao contrário das leis de efeitos abstratos, as leis de efeitos concretos aplicam-se a destinatários certos, atingindo diretamente a órbita individual de pessoas definidas, situação análoga aos atos administrativos.

#### Comentários:

Letra A - correta. As atividades rotineiras do legislativo que estão dentro das normas e parâmetros legais não geram responsabilidade do Estado em indenizar terceiro que seja prejudicado com a ação.

Letra B - incorreta. A Responsabilidade do Estado (pessoa jurídica) é sempre civil. Por sua vez, a responsabilidade do agente público pode ser administrativa, penal e/ou civil.

Letra C - correta. Na teoria da culpa administrativa, a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva e ocorre quando constatada culpa do Estado (não do agente público!) nos casos de falta ou má qualidade do serviço. Essa teoria é utilizada como subsídio para responsabilização estatal em caso de omissão.

Letra D - correta. De fato, a ação de reparação do dano deve ser movida pelo particular em desfavor da Administração (pessoa jurídica), e não do agente público que causou o dano, que, regra geral, sequer pode figurar como litisconsórcio passivo<sup>1</sup> - inaplicabilidade da denunciação à lide do agente, como regra.

Letra E - correta. Uma lei de efeitos concretos é lei em sentido apenas formal, uma vez que segue o rito legislativo próprio, sendo editada pelo Poder Legislativo. Porém, não possui generalidade e abstração. Dessa forma, não pode ser considerada lei em sentido material. Assim, as leis de efeitos concretos aplicam-se a destinatários certos, atingindo diretamente a órbita individual de pessoas definidas, situação análoga aos atos administrativos.

**Gabarito: letra B.**

### 4) É correto afirmar, em relação à responsabilidade civil do Estado:

---

<sup>1</sup> STF – Re 344.133/PE.



- a) Pela teoria da dupla garantia, adotada no Brasil, a ação de reparação de dano deve ser movida pelo particular em desfavor da Administração, e não do agente público que causou o dano, que poderá figurar com litisconsórcio passivo.
- b) Conforme previsto na Lei nº 9.494/97, a ação de reparação contra a Administração se sujeita ao prazo de prescrição de 3 (três) anos.
- c) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica em sentido estrito também estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do art. 37, § 6º, da CF.
- d) Somente haverá o direito de regresso do Estado caso se comprove o dolo específico na conduta do agente público.
- e) A ação regressiva pode ser exercida contra os herdeiros do agente público causador do dano, até o limite do patrimônio transferido.

### Comentários:

Letra A - incorreta. De fato, pela teoria da dupla garantia, que impera entre nós, como regra, o polo passivo da ação de indenização movida pelo particular é constituído apenas pela pessoa jurídica (art. 37, § 6º, da CF/88), e não o agente público, que tampouco poderá figurar em conjunto com a pessoa jurídica na posição de litisconsorte.

*Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Letra B - incorreta. Conforme previsto no art. 1º-C da Lei nº 9.494/97, a ação de reparação contra a Administração se sujeita ao prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, e não de 3 (três) anos.

*Art. 1º-C. Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.*

Letra C - incorreta. Para o art. 37, § 6º, da CF/88, o que importa é que sejam pessoas jurídicas “prestadoras de serviços públicos”. Assim, as empresas estatais exploradoras de atividade econômica não estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do citado dispositivo, o que torna a assertiva incorreta: sua responsabilidade é subjetiva, na modalidade culpa comum.

Letra D - incorreta. Nos termos do art. 37, § 6º, da CF/88, o direito de regresso do Estado existe em caso de dolo ou culpa.

*Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável **nos casos de dolo ou culpa**.*

Letra E - correta. Por ser uma ação de natureza cível (indenizatória), a ação regressiva transmite-se aos sucessores (herdeiros) do agente causador do dano, os quais ficarão responsáveis por promover a reparação



mesmo após a morte do agente. O limite até o qual os sucessores responderão e o valor do patrimônio transferido, como herança, pelo agente público falecido. Nesse sentido o art. 5º, inciso XLV, da Constituição:

*Art. 5º, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;*

**GABARITO: letra E.**

**5) De acordo com os seus conhecimentos sobre a responsabilidade do Estado, é correto afirmar que:**

- a) O Estado não será civilmente responsável pelos danos causados por seus agentes sempre que estes estiverem amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- b) Em razão do princípio da proteção da confiança, quando o dano for causado por funcionário público putativo, o Estado não responderá civilmente perante particulares de boa-fé.
- c) As empresas prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente no caso de dolo.
- d) A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos abrange os danos morais e materiais.
- e) É objetiva a responsabilidade do agente público em exercício que, por ato doloso, cause danos a terceiros.

**Comentários:**

Letra A - incorreta. Pode haver responsabilidade do Estado ainda por atos lícitos. Basta pensar na hipótese de requisição administrativa de bens, por exemplo, que, embora lícita, pode gerar o dever de indenizar, se houver dano (art. 5º, XXV, da Constituição).

Letra B - incorreta. O agente putativo é aquele que desempenha uma atividade pública na presunção de que há legitimidade, embora não tenha havido a investidura dentro do procedimento legalmente exigido. Como exemplo, temos uma pessoa que pratica vários atos de administração tendo sido admitido sem aprovação em concurso público. O fato é que ato praticado por agente putativo é considerado válido perante terceiros de boa-fé, uma vez que, para o administrado, o ato tem aparência de ser legal. Logo, haverá responsabilidade civil do Estado, seja pelo ato do agente putativo ou pelo agente necessário, o que torna a assertiva incorreta.

Letra C - incorreta. As empresas prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiro, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, de acordo com o art. 37, § 6º, da CF/88, e não exclusivamente no caso de dolo como afirma a assertiva.

*Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável **nos casos de dolo ou culpa**.*





Letra D - correta. A responsabilidade civil do Estado consiste no dever de compensar os danos materiais e morais sofridos por terceiros em virtude de ação ou omissão imputável ao Estado. Dessa forma, se um motorista da prefeitura, no exercício da função, proferir frases racistas contra um taxista e posteriormente bater com o veículo oficial que dirigia contra o veículo que o taxista usa para trabalhar, a indenização deverá cobrir o prejuízo material (como o custo de reparação do veículo), os meses em que o taxista ficar impossibilitado de trabalhar (lucros cessantes) e os danos morais sofridos pelo taxista.

Letra E - incorreta. A responsabilidade dos agentes é do tipo subjetiva, ou seja, depende da comprovação de dolo ou culpa. A responsabilidade estatal, por sua vez, é do tipo objetiva, e independe da comprovação desses requisitos.

**Gabarito: letra D.**

...

Forte abraço!



## Túlio Lages



Face: [www.facebook.com/proftuliolages](http://www.facebook.com/proftuliolages)

Insta: [www.instagram.com/proftuliolages](http://www.instagram.com/proftuliolages)

YouTube: [youtube.com/proftuliolages](http://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.